



VILA REAL S^{to} ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de

29 Fev. 16



ATA N.º 03/2015

Ao vigésimo quinto dia do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, e conforme Edital de 19 de Junho de 2015, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António iniciou a sua sessão ordinária.** Registaram-se as presenças de **Alexandre Hermínio Drago Madeira, António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Maria Alexandra Martins do Livramento, David Miguel Vasques da Silva, António José Cardoso Gomes,, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, José João Rosa Gonçalves, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado.**-----

Nesta sessões registaram-se as seguintes substituições: no **PSD Luís Miguel Guerreiro Romão** que foi substituído **João Carlos Guerreiro Miguel Pereira** e **Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **António José Cardoso Gomes** e, na bancada do **PS Rui João Gutierrez Setúbal** foi substituído por **José João Rosa Gonçalves.** -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

Dado a grande afluência de público nesta sessão e o barulho existente na sala e fora dela, o

Presidente da Assembleia e os responsáveis de cada uma das bancadas decidiram fazer um intervalo de quinze minutos. -----

Retomada a Assembleia e não havendo condições para o prosseguimento da mesma, devido às manifestações do público presente, o **Presidente da Assembleia Municipal** decidiu suspender a mesma com a indicação de que seria retomada na segunda-feira seguinte numa sala maior que pudesse acolher todos aqueles que quisessem estar presentes. -----

Ao vigésimo nono dia do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Ginásio da Sede dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, e conforme Edital de 26 de Junho de 2015, foi retomada a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António iniciada no dia 26 de Junho de 2015. Registaram-se as presenças de **Alexandre Hermínio Drago Madeira, António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Maria Alexandra Martins do Livramento, David Miguel Vasques da Silva, António José Cardoso Gomes, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, José João Rodrigues Granado, Manuel da Conceição António, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, José João Rosa Gonçalves, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado.**-----

Nesta sessão registaram-se as seguintes substituições: no PSD **Luís Miguel Guerreiro Romão** que foi substituído **João Carlos Guerreiro Miguel Pereira**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **António José Cardoso Gomes** e **José Roberto Leitão Guerreiro** substituído por **José João Rodrigues Granado** e, na bancada do PS **Rui João Gutierrez Setúbal** foi substituído por **José João Rosa Gonçalves.** -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

Iniciou-se o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** **Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro** solicitou que se fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento de **Gabriel Canelas Brito**, funcionário autárquico e militante do PS durante vários anos. A proposta foi aceite pelas bancadas e foi feito um minuto de silêncio. -----

Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a CDU, dentro do prazo regimental, apresentou à Assembleia Municipal, a Moção “PELA RESTITUIÇÃO DAS VALÊNCIAS AO CODU DO ALGARVE, DA REATIVAÇÃO DO CAPIC E DO CENTRO DE FORMAÇÃO NA REGIÃO, BEM COMO PELA CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS À ASSISTÊNCIA MÉDICA”. Assim, esta proposta foi incluída na Ordem do Dia - ponto 5, passando o ponto 5 para 6.-----

Intervieram **António Filipe Parra Martins, José Manuel Modesto Dourado e Ricardo José Madeira Cipriano** que solicitaram que o período de intervenção do público passasse para o início da sessão. **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que a bancada do PSD concorda com a sugestão mas solicitou que a conclusão do período de antes da ordem do dia transite para o final da sessão. **Luis Manuel da Rosa Fernandes** disse achar que o segundo ponto desta sessão deveria ser o período de antes da ordem do dia, o que não teve a aprovação do **Presidente da Assembleia**. Não havendo objeções, as propostas anteriores a esta foram aceites pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e passou-se ao período de intervenção do público, tendo-se registado dezassete intervenções. -----

Antes das intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para restabelecer a ordem na sala. -----

O primeiro interveniente, **João António Pereira de Campos** iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento histórico da indústria, turismo e comércio do concelho. Defendeu que é necessário continuar a promover o comércio, o turismo e o Centro Comercial a Céu Aberto e lembrou que, aquando da colocação de portagens na Via do Infante teve de haver uma campanha a explicar às pessoas que não se pagava para vir fazer compras a Vila Real. Perguntou o porquê de agora se implementar estacionamento tarifado, afirmou que cabe à Câmara Municipal perceber a pressão que existe e apoiar o comércio da cidade, e acrescentou: “A autarquia não está a fazê-lo. *Não é justo que os utilizadores do comércio e dos nossos serviços tenham de pagar estacionamento para vir à cidade*”.-----

Carlos Siena identificou-se como residente em VRSA. Afirmou ter tido conhecimento da alteração prevista relativa ao estacionamento na cidade e diz ter pedido esclarecimentos à empresa à qual foi atribuída a concessão do estacionamento. A empresa informou-o que se tivesse que estacionar na zona tarifada teria de pagar. Perguntou ao Presidente da Câmara se no concelho há residentes de primeira e de segunda e a quem beneficia a atribuição deste estacionamento durante trinta anos. -----

Maria da Conceição Sabino cumprimentou a Assembleia Municipal e os vila-realenses presentes. Mencionou não residir oficialmente em VRSA mas disse ter uma casa nesta freguesia onde passa quatro meses do ano. Perguntou se, dado a sua dificuldade de mobilidade, com 65% de incapacidade, e se as pessoas na mesma situação que ela, terão direito a um lugar de estacionamento apesar de não residir em VRSA. -----

João Feliciano mencionou a questão da implementação das portagens na Via do Infante e o facto do Presidente da Câmara Municipal se ter insurgido contra a aplicação das mesmas. Disse concordar com o apoio do Presidente da Câmara ao projecto da Barra do Guadiana e de outras obras desenvolvidas no concelho e perguntou o porquê de agora se implementar o estacionamento pago. Sugeriu que, ao invés de haver parques pagos, se colocassem funcionários da autarquia a fazer uma cobrança simbólica pelo estacionamento. Terminou a sua intervenção dizendo: *“Sr. Presidente pense em nós e nos nossos filhos.”*-----

Maria Manuela cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal e afirmou que já viu em Vila Real de Santo António muitas mutilações à cidade e que o estacionamento pago é uma delas. Opinou que, se as cidades foram feitas para os seus habitantes e visitantes, devemos ser acessíveis ao turismo para que os turistas possam visitar o comércio e deixar cá algum dinheiro. Considerou demasiado o alargamento do horário e o perímetro onde vão existir parquímetros e acrescentou: *“Concordo com a colocação de parquímetros nalguns locais – junto ao Tribunal, ao serviço de Finanças, junto aos Bancos- para que os utilizadores daqueles serviços tenham lugar para estacionar, mas o horário a praticar, a extensão, o valor a cobrar por hora, são abusivos”*. Para terminar pediu ao Presidente da Câmara Municipal para reconsiderar esta situação e pensar nos vila-realenses. -----

Joaquim Teles cumprimentou os presentes e disse viver em Vila Real de Santo António há seis anos, local onde pretende continuar a residir. Afirmou estar de acordo com o primeiro interveniente e com aquilo que por ele foi referido e, que o Presidente da Câmara Municipal convocou várias reuniões aquando da implementação do projecto “VRSA a Céu Aberto”, procedimento que deveria continuara a ter. Disse ainda estar presente para apoiar o povo de VRSA e que, os munícipes vão continuar a lutar contra a implementação dos parquímetros. – Dado o barulho que havia na sala, o **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para solicitar aos presentes que se mantenham em silêncio para que todas as intervenções sejam audíveis. -----

Manuel Francisco Rosa informou que visita VRSA há quarenta anos, que é autarca numa Assembleia Municipal e que adquiriu um apartamento T1 há oito anos nesta cidade onde

passa quinze dias todos os meses. Afirmou ter sido aliciado, entre outras coisas, por um outdoor à entrada da cidade, com a informação “Nunca foi tão fácil estacionar em VRSA” e actualmente estar surpreendido pela notícia do estacionamento pago. Referiu as taxas de IMI e o preço da água aplicadas neste concelho e a diferença de valores relativamente ao concelho de Aljustrel, onde reside. Perguntou ao **Presidente da Câmara Municipal** se acha possível dois reformados pagarem treze horas de estacionamento diário e afirmou não ver como o concelho vai beneficiar desta medida de implementação de parquímetros. -----

Bruna disse ser comerciante e concordar com todos as questões colocadas pelos restantes intervenientes. Afirmou que nos meses de Julho e agosto a população triplica e que apesar de não viver na zona que irá ser tarifada, o seu lugar de residência não tem lugares de estacionamento disponíveis na época do ano atrás referida. Perguntou o porquê de não ter direito a um lugar de estacionamento na zona tarifada se quem vive naquele local poderá estacionar em qualquer sítio, se com esta medida o Presidente pensa atrair visitantes e como é que os trabalhadores das zonas de parque pago podem trazer os seus carros para o trabalho. A terminar pediu ao Presidente para fazer uma reflexão sobre estas questões e pensar melhor no que esta medida pode significar, em termos económicos, para o concelho.

Luisa Rodrigues cumprimentou a Mesa da Assembleia e os vila-realenses presentes e opinou que este assunto devia ter sido discutido atempadamente para entre todos se definir se esta medida seria vantajosa para o concelho e para o comércio e afirmou: *“Durante trinta anos o comércio e as pessoas ficam sem alternativas. Esta situação prejudica grandemente Vila Real de Santo António e não dignifica em nada a cidade”*. Referiu não concordar com a venda ambulante instalada na Praça Marquês de Pombal e afirmou que o executivo camarário tem agora uma atitude muito diferente daquela que teve quando estava em campanha e a angariar votos. Disse já ter necessitado de pedir auxílio à Câmara Municipal e de ter sido atendida mas considerou que a situação da implementação dos parquímetros é uma injustiça para com os vila-realenses. -----

Joaquim Faustino informou residir numa zona onde passarão a existir parquímetros e que Monte Gordo tem cinco parques e só se paga estacionamento em três. Pediu à ESSE um cartão de residente/deficiente para poder estacionar em Vila Real de Santo António e foi-lhe pedido o pagamento de cento e cinquenta euros mensais. Disse pensar que neste concelho há cidadãos de primeira, de segunda e de terceira e perguntou o porquê desta freguesia ter sido eleita para a colocação de parquímetros e não as ruas de Monte Gordo ou de Vila Nova de Cacela. -----

Pedro Tavares cumprimentou os deputados, a Mesa da Assembleia e todos os presentes na sala. Falou dos casos de injustiça apresentados pelos intervenientes relativamente a pessoas com deficiência e trabalhadores do Centro Histórico. Mencionou que no seu local de residência não existem parquímetros mas opinou que a colocação dos mesmos vai fazer com que deixe de haver espaço de estacionamento nos locais não tarifados provocando o caos nesses mesmos locais. Apelou à reflexão para que as injustiças não existam e para que todos sejam cidadãos de primeira. -----

Sebastião Pires considerou péssima e irresponsável a medida de implementação dos parquímetros. Leu algumas alíneas do comunicado entregue pela autarquia à população e disse não achar adequado que a informação seja disponibilizada após a conclusão das negociações. Referiu que no comunicado está escrito que a medida foi tomada tendo em conta as negociações com os comerciantes e que não concorda porque não foi tida em conta a opinião dos vila-realenses. -----

Manuel Alturas informou residir nesta cidade há quarenta e cinco anos e trabalhar um pouco por todo o Algarve. Disse que relativamente à implementação dos parquímetros, alguns comerciantes não foram consultados e que as informações difundidas pela autarquia vão sendo produzidas e alteradas à medida que se torna conveniente. Afirmou ser militante do PSD mas estar contra estas questões e considerou que não foi tida em consideração a opinião do povo vila-realense. Dirigiu-se ao **Presidente da Câmara Municipal** e ao **Presidente da Assembleia Municipal** para pedir que repensem o contrato de trinta anos estabelecido com a ESSE. -----

Eduardo Gutierrez cumprimentou os presentes e informou que tem uma casa nesta freguesia há dezassete anos onde passa férias sempre que pode. Mencionou que vive em Lisboa desde 1971 e que nunca viu em nenhum lugar um sistema de pagamento de estacionamento com um horário tão alargado, nem pagamentos aos fins de semana e feriados. -----

Ana Bandeira referiu não viver neste concelho mas disse fazer cá as suas compras. Disse não concordar com os parquímetros e ser solidária com a população vila-realense na medida em que gasta os seus rendimentos em Vila Real de Santo António. Disse esperar que o Presidente reflita para que esta medida não se concretize. -----

Alexandre Jesus mencionou ser proprietário de um estabelecimento comercial em Vila Real de Santo António. Considerou a medida de implementação dos parquímetros uma injustiça e perguntou ao **Presidente da Câmara Municipal** quais os benefícios económicos desta

aplicação para os vila-realenses, para os turistas e para a Câmara Municipal e qual a penalização para a autarquia se o contrato for revogado. Afirmou ainda que a medida vai contra a imagem que existe atualmente em relação a Vila Real de Santo António e Monte Gordo. -----

Leandro Rosa saudou a Mesa da Assembleia e todos os presentes e identificou-se como natural e trabalhador de Monte Gordo, frisando que vive na freguesia de Vila Real de Santo António por opção, numa casa alugada para fugir aos pagamentos mais elevados que se praticam em Monte Gordo. Informou que no Verão paga parque de estacionamento em Monte Gordo para poder trabalhar e que não pode também pagar para estacionar no local onde reside. E terminou com a afirmação: *“Quem sofre com estas medidas é o povo”*.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra e agradeceu a presença de todos e as palavras proferidas pelos intervenientes. Disse querer deixar algumas notas e afirmou: *“Jamais em Vila Real de Santo António se pode discutir que há cidadãos de primeira e de segunda. As pessoas que aqui, de forma pouco elegante, estão a lançar piropos, são pessoas que felizmente nunca precisaram de se tratar sem meios para tal. Em Vila Real de Santo António ninguém deixa de se tratar por falta de dinheiro para o fazer porque existe um executivo da Câmara Municipal que não deixa que isso aconteça”*.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção do **Presidente da Câmara Municipal** para pedir silêncio na sala e dizer que há pessoas que se queixaram anteriormente de falta de informação e que, agora que essa informação existe, impedem os presentes de serem informados. Pediu a quem teve oportunidade de se inscrever e não o fez pra agora se manter em silêncio para que todos possam ouvir. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** retomou a sua intervenção e informou que em relação às questões relatadas e colocadas pelos munícipes e às sugestões dadas, que o executivo irá refletir, nomeadamente nos casos de pessoas com incapacidades, com doenças e pessoas com determinadas idades. Informou ainda que relativamente ao pagamento da água, qualquer cidadão de Vila Real de Santo António com mais de 65 anos de idade tem direito a uma redução de 40% na tarifa da água. Quanto aos parquímetros referiu: *“Houve ao longo destes anos várias reuniões com vários empresários e com vários comerciantes. Foi decidido, de comum acordo, que se deveria implementar os parquímetros. Considero que havia um exagero em relação á área total inicial. Nós gostamos de ouvir as pessoas e não achamos que sabemos tudo e por dignificarmos os contribuintes reduzimos a área de parqueamento em aproximadamente um terço dos lugares. Todos os cidadãos que residem nesta área têm*

direito a um lugar de estacionamento livre e os comerciantes também. 92% da zona tarifada na área comercial está permanentemente ocupada, 53% dos passeios do Centro Histórico da cidade estão permanentemente ocupados. Considero que isto é uma barreira clara e grave para com os residentes e para com os visitantes da cidade. Estamos absolutamente sensíveis áquilo que é a situação das pessoas que trabalham no centro histórico e temos neste momento 3200 lugares que ficam a menos de 5 minutos da zona tarifada. Por isso não se pode dizer que não existem alternativas". Afirmou respeitar a opinião de todos e dirigindo-se a **Pereira de Campos** disse-lhe que respeita a sua opinião enquanto pessoa e como comerciante e empresário local, e acrescentou: *"É um orgulho ter empresários como o senhor. Mas noutros locais onde tem comércio também existem parquímetros durante 24 horas. Tenho todo o gosto em voltarmos a falar tal como o fizemos ao longo de todo este tempo, quer estejamos em concordância, quer discordemos nestas questões."* Disse ainda que a autarquia não virará costas aos problemas aqui colocados, que irá resolvê-los, que é natural que as mudanças provoquem estes ânimos e lembrou que nos seus dez anos de gestão houve muitos investimentos em infraestruturas, nas casas das pessoas, nas ciclovias, nos passeios, nas entradas da cidade e na ação social, entre outros. A terminar a sua intervenção disse: *"VRSA é reconhecida nacionalmente pelas boas práticas urbanísticas e de requalificação urbana e isso deve ser motivo de orgulho para todos os vilarealenses."*-----

Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos processos remetidos, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: -----

- **RELATÓRIO N.º 29/2013 DA INSPEÇÃO ORDINÁRIA DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS;**----

- **AQUISIÇÃO DO CONTRATO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PARQUE DE FOTOCOPIADORAS RICOH – RENOVAÇÃO 2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2015 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – RELATIVOS A 5 FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL. -----

Deu ainda conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente de vários mails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, designadamente: -----

- Proposta de reposição de freguesias do Algarve apresentada na Assembleia da República;---
- Projeto de resolução do PCP sobre a regulação de horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição; -----
- Perguntas ao Governo sobre a degradação da qualidade dos serviços prestados pelo INEM no Algarve, sobre a delegação de competências na área da saúde aos Municípios do Baixo Guadiana e sobre a situação da Empresa Litográfica do Sul; -----
- e, -----

- Ofício do Governo de Portugal a dar conhecimento da receção do documento aprovado nesta Assembleia Municipal “ Pela salvaguarda dos postos de trabalho na Litográfica do Sul”;

- Moções da CDU aprovadas na Assembleia Intermunicipal da AMAL realizada no passado dia 29 de Abril; -----

- Relatório de Gestão e Contas da VRSA SGU de Vila Real de Santo António relativo ao do ano de 2014. -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

Interveio **Luis Manuel da Rosa Fernandes** para informar que a bancada do PS votará sob protesto todos os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 6 E 7 DO ANO DE 2014; -----

Não havendo intervenções, as Atas foram aprovadas por **UNANIMIDADE**, registando-se as abstenções dos membros da Assembleia que não estiveram presentes nas sessões. -----

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA; Presente a proposta da Vice - Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 26 de Maio de 2015, com as abstenções dos Vereadores **David Murta, Luís Salas e José Cruz.** -----

Não se registaram intervenções. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros das bancadas do **PS, CDU e BE**. -----

4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião extraordinária de câmara de 19 de Junho, com os votos contra dos **Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz**. -----

José Manuel Modesto Dourado considerou que este é um assunto muito importante e que não pode ser discutido de “ânimo leve”, que a proposta inicial englobava três concelhos e perguntou o porquê da saída de Alcoutim. Acrescentou saber que a Associação Odiana estava preparada para adaptar os estatutos a este novo regime de delegação de competências, perguntou o porquê de se criar agora uma nova associação num período de restrições financeiras, afirmou que este não é um processo de descentralização e frisou não acreditar que o Governo queira descentralizar competências quando anteriormente encerrou escolas e centros de saúde. Disse ainda: *“Trata-se de desresponsabilizar o Estado das suas funções sociais. Estamos perante um cenário em que o Governo de direita está a reconfigurar o próprio Estado. Esta proposta esconde um objetivo gravíssimo que é o de ser o caminho para a privatização dos serviços públicos. As autarquias não terão condições económicas para lidar com estas situações e o estado fugirá das suas responsabilidades”*. -----

Ricardo José Madeira Cipriano afirmou ter conhecimento que esta nova associação surge por falta de acordo de alteração dos estatutos da Odiana e que o Município de Alcoutim não conseguiu politicamente concordar com algumas questões. Acrescentou ainda que esta proposta, não sendo aquilo que o PS defende, seria o primeiro passo para que nalgumas matérias houvesse uma maior coesão e decisão dos agentes locais sobre as mesmas. Disse não ter conhecimento concreto do que levou Alcoutim a não transpor para a sua custódia aquilo que resultaria desta questão e perguntou qual o futuro da Associação Odiana. -----

António Manuel Cipriano Cabrita informou que como membro da Assembleia Municipal participou na Assembleia Geral da Odiana onde estavam presentes os três Presidentes de Câmara e onde foi dito que o consenso existia. Disse ainda que o Presidente de Alcoutim não saiu por decisão da Assembleia, mas sim por decisão de um grupo de pessoas que pertencem àquela Assembleia. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança opinou que seria melhor que os três Municípios estivessem reunidos nesta nova associação porque, na sua opinião, ao contrário do que o

deputado do Bloco de Esquerda disse, isto não significa mais despesa mas sim uma economia local tendo em conta que estes municípios estão muito perto uns dos outros. Informou que quando o contrato foi assinado, em maio, com o Governo, ainda o assunto não tinha sido discutido na Câmara e na Assembleia de Alcútem. A terminar, afirmou concordar com este tipo de associativismo e conjugação de esforços entre os Municípios de VRSA e Castro Marim. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes opinou que não faz sentido serem só dois municípios a assinarem este acordo, que em virtude de se ter criado a Comunidade Intermunicipal seria de repensar se não se deveria alargar este acordo ao Sotavento o que favoreceria a economia de escala, que outras regiões do país estão a proceder desta forma e que isto não é uma descentralização, é uma delegação de competências na saúde, na cultura e na educação. Referiu que o próximo Governo, se assim o entender, revogará esta situação e disse que os Municípios deveriam ter verificado, junto da AMAL, qual a posição dessa associação que defende a fiscalização desta delegação de competências. Acrescentou: *“A democracia deve ser aplicada e o povo é quem deve decidir. No início devemos ouvir a população e não após os acordos concluídos”*. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou que a CDU considera a criação desta associação é um enorme e perigoso passo associado ao chamado guião para a reforma do Estado e vai no sentido da degradação e extinção dos serviços públicos, do esvaziamento das autarquias, do despedimento de trabalhadores da administração local e central, da expropriação de competências aos municípios e da desresponsabilização do estado central, das suas obrigações para com o SNS e com escola pública. Disse ainda que a descentralização do Governo PSD/CDS tem vindo a passar para as autarquias competências, apenas com o intuito de prosseguir os cortes de financiamento dos serviços públicos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do PS, CDU e BE. -----

O BE e a CDU leram e entregaram declarações de voto. -----

5. MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA “PELA RESTITUIÇÃO DAS VALÊNCIAS AO CODU DO ALGARVE, DA REATIVAÇÃO DO CAPIC E DO CENTRO DE FORMAÇÃO NA REGIÃO, BEM COMO PELA CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS À ASSISTÊNCIA MÉDICA”; -

Presente a proposta enviada pelo Bloco de Esquerda e incluída na Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a discussão. -----

Interveio **José Manuel Modesto Dourado** para dizer que fruto das políticas de direita e da austeridade impostas pela Troika e pelo Governo há um conjunto de serviços públicos que progressivamente têm vindo a ser enfraquecidos e desmantelados, como o INEM. Falou das implicações graves que estas questões têm na vida das populações porque as chamadas são atendidas em Lisboa e no Porto. Acrescentou que os cortes feitos pelo Governo têm custado a vida a algumas pessoas e que, entre outras coisas, no Algarve, o Centro de Apoio Psicológico foi desativado e a formação foi extinta. Concluiu que o BE está aqui a traduzir a preocupação do Sindicato das Funções Públicas e dos trabalhadores do INEM. -----

António Manuel Ciprino Cabrita disse estar a dar a sua opinião pessoal e não estar completamente em desacordo com a Moção mas que os termos utilizados são sempre os mesmos. Dirigindo-se a **José Dourado** disse: *“O Sr. Deputado está sempre tão preocupado com a Troika mas se não fosse a Troika e as medidas do Governo, hoje estaríamos aqui a contar outra história completamente diferente. Eu, face ao teor desta moção, voto contra”*. –

Luis Manuel da Rosa Fernandes salientou que devemos valorizar o que existe no Algarve, que temos vindo a perder várias valências e que a vida não tem preço. Acrescentou que quem está a receber as chamadas não conhece os locais nem a realidade desta região pelo que a informação não é transmitida corretamente. Terminou a dizer que independentemente dos Partidos interessa salvaguardar os interesses do Algarve. -----

José Manuel Modesto Dourado usou novamente da palavra para dizer que esta Moção não põe em causa as ações de socorro bem-sucedidas. Dirigindo-se a **António Cabrita** disse: *“Para si parece mais importante os termos utilizados na Moção, do que a eficácia das ações. Se assim não é, corrija-me”*. -----

António Filipe Parra Martins informou que a CDU votará favoravelmente a Moção porque a vida humana não tem preço. Afirmou que o Governo faz muito bem as contas quando encerra uma base do INEM, um Centro de Saúde, uma escola ou um serviço público, as contas são feitas por motivos economicistas e não contando com o valor da vida humana. ----

A **António Martins**, o **Presidente da Câmara Municipal** disse que ficou admirado com as suas afirmações tendo em conta que quando em Assembleia Municipal se colocou a votação o contrato entre a autarquia e os Serviços Médicos Cubanos para ajudar as pessoas nas consultas e operações às cataratas, a bancada da CDU votou contra. -----

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com treze votos contra da bancada do PSD e duas abstenções, igualmente da bancada do PSD. -----

6. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente o relatório a ser apreciado não se registaram intervenções.

Retomou-se de seguida o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. Interveio **José Manuel Modesto Dourado** que manifestou a sua insatisfação por o período de Antes da Ordem do Dia não ter sido a seguir à Intervenção do público. Afirmou que o BE já tinha alertado os comerciantes e restantes munícipes do concelho para as consequências do estacionamento tarifado, que esta medida, da maioria PSD, não é aceitável e que a via pública não pode ser entregue a privados. Dirigindo-se ao executivo municipal, perguntou com que direito é que o Governo local altera medidas, frisou que o facto de terem sido eleitos com maioria não lhes dá o direito de alterar o quotidiano das pessoas, que faz questão de frisar que esta autarquia tem as taxas máximas dos impostos por via do PAEL e do FAME e que apesar do executivo dizer que a oposição está a instruir as pessoas para se manifestarem, as mesmas vieram de livre vontade para se manifestarem. Afirmou que o executivo deveria dar provas de democracia revogando esta medida. -----

António Filipe Parra Martins considerou que teria sido mais produtivo que o período de Antes da Ordem do Dia tivesse sido a seguir à Intervenção do público. Leu uma Declaração Política que fica apensa a esta Ata. -----

Ricardo José Madeira Cipriano disse que relativamente ao estacionamento tarifado, o PS, manifestou sempre a sua preocupação, que desde Fevereiro de 2011 se mostra contra a sustentação desta medida e que em Assembleia de Freguesia sugeriu que se fizesse um referendo que foi chumbado pela maioria PSD. Acrescentou que este referendo teria evitado alguns contratempos porque permitiria a discussão dos prós e contras da implementação do estacionamento tarifado. Frisou que a área parqueada tem vindo a aumentar desde 2013 e que o PS alertou sempre para essa questão propondo uma alternativa que seria um parque subterrâneo e que está preocupado com o número de lugares, a revogação do contrato e o preço. Terminou dizendo: *“Temos de acautelar o futuro do Município, estamos a tempo de estudar as alternativas possíveis para minimizar os efeitos deste contrato. Não sei quais os custos de revogar esta medida e se será viável. O PS está disponível para estudar uma possibilidade de minimizar ao máximo o impacto da população.”*-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes afirmou, que neste momento, o contrato estabelece que há um encaixe financeiro de 1500€ mensais durante vinte anos e que a necessidade de encaixe destes valores resulta da má gestão financeira que a autarquia tem vindo a ter desde 2005,

altura em que havia 7 milhões e meio de dívida que atualmente está acima dos 100 milhões. Afirmou ainda que existem outras formas de criar receita e que há que criar alternativas. -----

Alexandre Hermínio Drago Madeira dirigiu-se a **José Dourado** para dizer: “ *Não percebo algumas das suas afirmações. O poder constituinte não acaba pelo facto da autarquia poder criar dispositivos legais. Quando numa câmara existe um determinado dispositivo legal com uma taxa para um espaço público está a condicionar várias coisas, nomeadamente a economia comum das pessoas que lá estão, os passeantes que ficam com o trajeto condicionado. Para vocês, não há um meio-termo, há um radicalismo. Passo nas ruas diariamente e não vejo ninguém do outro lado da fronteira a manifestar-se. Tavira, Faro, Olhão, Portimão também têm parquímetros. O que se passou nessas cidades será que essas câmaras não fizeram estudos para a implementação dos parquímetros. Vamos ter paciência e tentar chegar a um ponto de equilíbrio.*” -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança lembrou que quando o acordo dos parquímetros foi aprovado em AM não havia mais de quinze assistentes na mesma e que nessa altura deveria ter vindo mais gente para confrontar a Assembleia. Falou sobre o poder democrático instituído pelo 25 de Abril e frisou que pela primeira vez em VRSA não funcionou e acrescentou: “*Hoje, também nesta Assembleia, se viu a falta de democracia de algumas pessoas. As pessoas falaram livremente e quando o Presidente da Câmara falou várias pessoas não respeitaram esse momento. A democracia é respeito e alguns eventos que foram motivo de contestação hoje são “bandeira” em VRSA como o Mundialito de Futebol e a Copa do Guadiana que muitos proveitos financeiros e económicos trazem ao concelho. O Encontro de Harleys que infelizmente terminou também trazia grandes proveitos à cidade*”. Disse ainda que, tendo em conta as pequenas dimensões da cidade, as bolsas de estacionamento ficam a cinco minutos do centro e que compreende alguns nervosismos mas que o PSD vai ganhar as próximas legislativas e as próximas autárquicas. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse a **Carlos Lança** que os eventos apresentados só causaram comentários porque não houve uma explicação prévia dos mesmos e que o que aconteceu na quinta-feira, quando não foi possível realizar a AM, não teve a ver com questões democráticas mas sim com o tamanho da sala. Sugeriu mudar as Assembleias para o Centro Cultural porque o mesmo tem espaço suficiente para quem quiser assistir. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que vai repensar o local de realização das Assembleias, mas recordou que na Biblioteca Municipal desde o início do

seu mandato, sobraram sempre lugares na assistência. Frisou que gostaria de ter Assembleias mais participadas e que hoje, apesar das dificuldades, foi um exemplo disso. -----
De seguida informou que o **Vereador David Murta**, nos termos do Art.º 25, n.º 5 do Regimento da Assembleia vai intervir no exercício de direito de defesa da honra, a propósito de uma referência ao seu nome num documento distribuído nesta Assembleia. -----

O **Vereador David Murta** disse: *“Hoje, considero que de forma abusiva, foi utilizado o meu nome num comunicado da Câmara Municipal alusivo a uma sugestão que eu não fiz. Não fiz sugestões sobre nenhuma área em concreto, fi-las sobre as isenções. Isso não pode ser imputado a nenhum Vereador do PS já que o PS não está a favor disto. Aquilo que disse na Câmara Municipal foi que o executivo podia contar com o PS para rever as medidas deste contrato, cingindo o estacionamento pago ao espaço histórico”*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse lamentar ter de retirar a palavra ao Vereador porque a defesa de honra não implica fazer um discurso na Assembleia. -----

O **Vereador David Murta** terminou dizendo que o PS está contra o parqueamento por considerar que o mesmo vai ocupar 2/3 de Monte Gordo e 1/3 de VRSA, o que é abusivo.

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou: *“Quem deve pedir a defesa da honra sou eu porque o Vereador David Murta, nos termos regimentais, deveria pedir-me a palavra. Não foi feita nenhuma ofensa da honra ao Vereador nesta assembleia. O Vereador acabou por afirmar que afinal fez uma sugestão de retirada de alguma área de parqueamento pago e foi isso que colocámos no comunicado*.

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da Ata desta sessão, submetendo-a a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

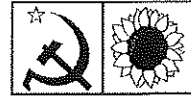
Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou os trabalhos, pela uma hora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

(José Carlos Costa Barros)

(Maria do Rosário Papafina Proença)



univ.
95

Declaração de Voto

CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS

Sobre a criação de uma associação de municípios de fins específicos integrando os municípios de Vila Real de Santo António e Castro Marim, proposta que surge após o recuo de Alcoutim na tentativa de criar uma estrutura de objectivos idênticos, com a alteração dos estatutos da ODIANA, para “o estabelecimento de uma unidade de serviços partilhados do Baixo Guadiana”, a CDU considera o seguinte:

1- Trata-se de um enorme e perigoso passo, associado ao chamado “guião para a reforma do Estado” e que vai no sentido da degradação e extinção dos serviços públicos; de esvaziamento das autarquias; do despedimento de trabalhadores da administração local e central; da expropriação de competências aos municípios e da desresponsabilização do Estado central das suas obrigações para com o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública; de redução do escrutínio democrático da gestão do interesse público; da extinção de municípios.

Por um lado em nome de uma suposta partilha mais eficaz de recursos entre autarquias, por outro, em nome, de uma suposta proximidade às populações, o Governo PSD/CDS e as duas autarquias geridas pelo PSD, celebraram um acordo que visa transferir para esta associação de municípios um conjunto de competências das actuais autarquias, designadamente: gestão do território; protecção civil; assessoria jurídica; canil, gatil e serviços de medicina veterinária; recolha de lixo; gestão florestal; transportes escolares. E, simultaneamente, a transferência da gestão dos Centros e Extensões de saúde de VRSA, C.Marim, sob gestão do Ministério da Saúde para as respectivas autarquias.

2- Não haja a mínima ilusão, a chamada descentralização que o Governo PSD/CDS tem vindo a promover, empurrando para as autarquias competências que só podem responder aos interesses das populações no quadro de uma política nacional, como são os casos do direito à saúde e ao ensino, tem apenas como objectivo, prosseguir os cortes no financiamento dos serviços públicos e o desmantelamento das funções sociais do Estado. É para despedir trabalhadores, encerrar serviços, abrir espaço a novos negócios para os grupos económicos, descaracterizar o poder local democrático e prosseguir com a extinção da freguesias, mas também de concelhos como aliás chegou a ser proposto em tempos pelo PS, defendendo a extinção dos três concelhos do Baixo Guadiana.

3.- O conteúdo deste processo é tão grave que levou a um pronunciamento bastante crítico da própria Associação Nacional de Municípios Portugueses chamando a atenção na sua posição pública de 12 de Maio deste ano para o facto do governo querer “impor

~ *W. M. M.*
by

e dizer aos municípios aquilo que estes devem concretizar em termos de delegação de competências nas entidades intermunicipais, imiscuindo-se em matérias que não lhe cabe decidir.”, considera ainda que “a proposta é também propiciadora de um esvaziamento dos municípios, com a transferência por lei, com carácter definitivo e universal, de competências dos municípios para as entidades intermunicipais.”

Não foi este no entanto o entendimento dos partidos - PS, PSD e CDS - que há 39 anos têm governado alternadamente o país com os resultados e a situação que se conhece. Uma opção que confirma, num momento em que nos aproximamos das eleições legislativas, que a política de cada um destes partidos está claramente comprometida com a destruição dos serviços públicos e o ataque às funções sociais do Estado, uma política contrária ao interesse nacional e com a qual urge romper, abrindo caminho a uma alternativa patriótica e de esquerda.

4.- Estamos certos de que não faltará, tal como no passado, muita demagogia e propaganda a tentar justificar este caminho. Mas a vida está a demonstrar que de “vitória” em “vitória” afirmada por cada um destes autarcas, cada vez há menos centros e extensões de saúde, escolas, funcionários da administração local e central. Cada vez há menos emprego e mais desemprego no Baixo Guadiana. Cada vez há menos população, menos empresas, menos indústria, agricultura e pescas. Cada vez há mais endividamento e falta de recursos nas autarquias e crescem significativamente as taxas e tarifas municipais. Bem podem dizer que a “unidade de serviços partilhados” irá otimizar os recursos que, pela política que tem vindo a ser seguida, tal não passará de uma afirmação que a realidade desmente todos os dias.

5.- Para os eleitos da CDU, em vez de uma política que corta nos serviços públicos para satisfazer o serviço de uma dívida pública insustentável, que entrega milhões de euros em apoios e benefícios fiscais aos grupos económicos, que privatiza empresas e sectores estratégicos, é urgente uma política que valorize e defenda os serviços públicos, que respeite a autonomia do poder local atribuindo-lhe os meios necessários para responder às necessidades das populações.

Por estes motivos votámos contra.

Vila Real de Santo António, 25 de Junho de 2015

Os membros da Assembleia Municipal



Declaração política

ESTACIONAMENTO PAGO: NÃO!

Seguindo a política do governo, a maioria PSD na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, arrancou com a imposição de estacionamento pago no concelho, abrangendo a cidade e as freguesias de Monte Gordo e Vila Nova de Cacela. Trata-se de mais uma medida que quer ir buscar aos bolsos das populações do concelho e daqueles que nos visitam uns largos milhões de euros para tapar o estrondoso buraco financeiro da câmara e garantir lucros à empresa que ficará com a concessão do estacionamento durante as próximas décadas.

Vila Real de Santo António não tem um problema grave de trânsito que justifique a transformação de praticamente de toda a área da cidade numa zona de estacionamento pago.

A maioria PSD envolve-se em múltiplas contradições para esconder os reais objectivos desta medida. É incoerente fazer anúncios e panfletos para atrair os visitantes de Espanha a Vila Real de Santo António, porque não se pagam portagem, e depois cobrar-lhes o estacionamento. É incoerente estar a tentar criar uma área a que chamam “Centro Comercial a Céu aberto” e a integrá-la na vasta área de parquímetros, quando em redor as superfícies comerciais autorizadas têm estacionamento gratuito.

É escandaloso que, numa área que nunca teve qualquer estacionamento pago, se arranque à cabeça com uma concessão a uma empresa privada, a qual pode durar entre 20 e 30 anos.

E se os comerciantes têm razões para estar preocupados com impacto que tal medida irá ter na sua actividade, correndo mesmo o risco de poderem vir a fechar portas, a restante população (a quem são feitas promessas vãs) tem também razões por ver alterado o seu quotidiano e ter uma despesa acrescida que não tinham até aos dias de hoje.

Esta medida, que se integra na fúria de arrecadar dinheiro de qualquer forma, à taxa máxima, resulta do astronómico endividamento da câmara que teve início com as presidências do PS e tem sido agravado com os mandatos do PSD. Uma medida que antecipa outras que surgirão com a implementação das regras resultantes do chamado FAM – Fundo de Apoio Municipal e que visam aumento de taxas, alienação de património, despedimentos de pessoal, em nome dos grandes grupos financeiros que recebem os juros, arrancados no processo de empobrecimento da população de Vila Real e do povo português.

O PCP e os seus eleitos da CDU sempre se opuseram a estas medidas. Votámos contra em Junho de 2013 e Julho de 2014.

Ainda não é tarde e certamente que os vila-realenses se mobilizarão na contestação a esta medida. Cabe à câmara municipal, de maioria absoluta PSD, reconhecer o erro e denunciar este contrato que, a avançar, causará grandes prejuízos na vida dos cidadãos e na atractividade do nosso concelho perante os visitantes.

É preciso dizer basta!

Não a mais este roubo. As ruas são do povo! Estacionamento pago: NÃO!

Vila Real de Santo António, 25 de Junho de 2015

Os membros da Assembleia Municipal



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da proposta de criação de associação de municípios de fins específicos.

O regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais é apresentado pelo Governo PSD/CDS como um processo de descentralização. Na verdade, é um embuste, pois um verdadeiro processo de descentralização de competências exigiria um efetivo aumento da capacidade de resposta às necessidades das populações, assegurando serviços públicos de qualidade e dotando os municípios de recursos humanos e financeiros capazes de desenvolver essas competências.

Sejamos sérios: não há descentralização sem regionalização, e esta, sendo um imperativo constitucional, continua a ser adiada e incumprida.

O que agora se encena com este passo seguinte, com este “projeto-piloto” a que lamentavelmente o nosso concelho se presta, é a desresponsabilização do Estado no que concerne à garantia de direitos sociais fundamentais como a educação, a saúde, a segurança social e a cultura. Não se trata, portanto, de descentralizar as funções sociais do Estado, mas sim de desresponsabilizar o mesmo, desmantelando-o de políticas públicas fundamentais e ligadas à universalidade dos direitos sociais.

Faltam às autarquias meios humanos, técnicos e financeiros para arcar com as novas competências propostas, o que fará com que as mesmas tendam a aliená-las a terceiros, como por exemplo IPSS ou empresas privadas.

Portanto, a proposta que nos é trazida a esta Assembleia Municipal corresponde a mais uma peça da estratégia global da direita que consiste na progressiva privatização das funções sociais do Estado. Vivemos um tempo tenebroso em que o Estado está a ser reconfigurado.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 25 de Junho de 2015

(José Dourado)

